

# Piranhas do Orçamento

É uma situação inusitada no Congresso Nacional e está deixando os líderes partidários na Câmara e no Senado em polvorosa: deputados e senadores usam de todos os trunfos de que dispõem para conseguir uma vaga na Comissão Mista de Orçamento que irá funcionar nos próximos dois anos; cuja função é analisar, alterar e encaminhar para votação do plenário o Orçamento Geral da União. A disputa por uma vaga é tão acirrada que os membros do Congresso resolveram propor um aumento do número de membros efetivos da Comissão — de 84 para 121 — e do número de suplentes — de 30 para 121.

“Seria melhor — diz o líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia, atarantado com tantas pressões — que todos os 503 deputados e 81 senadores pudessem participar.” Correia não sabe o que fazer para atender aos pedidos de uma vaga feita por parlamentares de seu partido, por governadores, por prefeitos e por representantes de **lobbies** diversos, públicos e privados.

Esse grande interesse dos congressistas por trabalhar na Comissão de Orçamento seria muito saudável se realmente o motivo para tanta briga fosse o desejo de oferecer uma contribuição técnica para aperfeiçoar a chamada lei de meios elaborada pelo Ministério da Economia. Afinal, é com o Orçamento, com a distribuição dos recursos disponíveis, que o governo define as políticas públicas que pretende implementar, suas prioridades administrativas. É com o Orçamento que se sabe se as contas públicas poderão ser equilibradas ou se haverá um déficit; se novos impostos serão cobrados ou se os atuais satisfarão o apetite estatal; se educação e saúde passarão a ser tratados como temas relevantes ou se continuarão prioridade apenas no discurso.

O motivo é, no entanto, bem menos nobre, como define com crueza o deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA): “Essa corrida à Comissão de Orçamento mostra que alguma coisa está errada. A Co-

missão é utilizada por um pequeno grupo que a controla na busca da pulverização de verbas, no intuito de favorecer desde interesses meramente eleitores a **lobbies** facilmente identificáveis, em detrimento do interesse nacional”.

Todos os membros do Congresso Nacional podem apresentar emendas ao projeto original do Orçamento saído do Ministério da Economia. Mas cabe aos membros da Comissão, orientados pelos vários relatores setoriais e pelo relator geral, fazer a triagem dessas emendas, aceitá-las ou vetá-las e encaminhar um substitutivo para votação no plenário. E no plenário, dada a complexidade e a amplitude do Orçamento, é quase impossível alterar o que a Comissão já aprovou.

Portanto, a Comissão é um fórum decisivo. E é nela que as barganhas político-eleitorais são feitas, onde se aprovam verbas para prefeituras, para estradas vicinais, pontes, construções escolares, sem nenhum critério que não o puro fisiologismo. No ano passado, na votação do Orçamento deste ano, deputados e senadores incluíram gastos de alguns bilhões de cruzeiros para obras desse tipo, sem a receita correspondente. Este ano, sem contar novas verbas-fantasma, eles podem manipular com o mesmo fim cerca de US\$ 1,2 bilhão segundo cálculos do deputado César Maia. Por isso, os ilustres membros da Comissão de Orçamento são conhecidos entre seus colegas como os **homens de ouro**.

Existe no Congresso Nacional um grupo de trabalho encarregado de propor modificações no regimento das duas Casas para “moralizar” o expediente da Câmara e do Senado. Um dos alvos desse grupo é exatamente o funcionamento da Comissão de Orçamento. Há, no entanto, um pequeno problema: o grupo “moralizador” foi criado há mais de dois meses e até hoje não conseguiu realizar uma única reunião em que todos os seus componentes estivessem presentes.